

# AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: A CONSTRUÇÃO DA CULTURA AVALIATIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Mônica Dias Palitot\*  
Chayenne Pereira dos Santos\*\*  
Luciana Vieira Brito\*\*\*

## RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento da avaliação institucional interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA na Universidade Federal da Paraíba – UFPB ao longo dos anos, através de uma metaanálise. Observou-se na Universidade Federal da Paraíba - UFPB a necessidade de programar ações sistêmicas, as quais fomentassem a cultura de avaliação em todas as esferas que estruturam a comunidade acadêmica, uma vez que a autoavaliação é um instrumento indispensável e permanente de desenvolvimento positivo nas Instituições de Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Avaliação. UFPB. Cultura.

## 1 INTRODUÇÃO

A realização de avaliações nas instituições de nível superior é considerado um instrumento de extrema importância para o conhecimento e compreensão da realidade vividas por estas, mas, principalmente, servirá para que se planeje as intervenções necessárias para a que se melhore cada vez mais as Instituições, independente destas serem privadas ou públicas. A avaliação deve ocorrer em todas as esferas, tendo em vista que influencia de forma positiva na reestruturação dos pilares universitários que são: o ensino, a pesquisa, a extensão e gestão da Instituição, assim como também na sua infraestrutura.

À partir do processo avaliativo é possível verificar quantitativa e/ou qualitativamente um determinado objeto, possibilitando assim as mudanças positivas para que haja modificações ao *status quo*.

Classifica-se a avaliação institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), em 2 esferas, a interna e a externa, sendo esta realizada por Órgãos ligados à Administração Pública. Já a denominada de Autoavaliação, é realizada pela própria Instituição através de sua Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Assim sendo, o presente artigo objetiva apresentar como tem sido desenvolvida a cultura da avaliação institucional na Universidade Federal da Paraíba – UFPB através da Comissão Própria de Avaliação - CPA.

---

\* Professora do Departamento de Psicopedagogia no Centro de Educação. Doutora em Psicologia.

\*\* Graduanda em Direito (DCJ/UFPB).

\*\*\* Graduanda em licenciatura em Psicologia da UFPB.

Os objetivos específicos propostos são: compreender a avaliação no Brasil através de uma retrospectiva histórica; Verificar como a comunidade acadêmica da UFPB tem construído uma cultura de avaliação; Conhecer os instrumentos utilizados pela CPA-UFPB para avaliar a instituição, desde 2006;

No intuito de compreender o tema em tela é preciso inicialmente compreender as características da avaliação, a cultura da avaliação, para então adentrar no aspecto que concerne de forma mais específica a avaliação da Universidade Federal da Paraíba -UFPB.

### 1.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

O órgão responsável pela avaliação do ensino superior no Brasil é denominado de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Este propõe que a avaliação tenha caráter democrático, participativo e formativo. Nessa perspectiva, a autoavaliação institucional é um processo que compreende participação social, reconhecimento da pluralidade de concepção dos procedimentos avaliativos e discussão dos significados políticos

Através dos resultados das Autoavaliações Institucionais se faz possível planejar ações no intuito de melhorar a qualidade do conjunto de suas atividades, bem como intensificar as relações sociais, interinstitucionais.

A Comissão Própria de Avaliação-CPA, na UFPB, tem por objetivo avaliar a instituição de forma que se construa o conhecimento e a reflexão sobre o conjunto de atividades realizadas, favorecendo com isto a identificação das limitações e assim fortalecer a reflexão e capacidade crítica de toda comunidade acadêmica.

Contudo, se faz mister seguir alguns objetivos estratégicos para o desenvolvimento institucional da UFPB, e postos no PDI da UFPB 2014-2018, quais são: Consolidar os avanços acadêmicos, estruturais e administrativos alcançados pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Ampliar e consolidar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, particularmente no que se refere à internacionalização; Estruturar a UFPB para possibilitar uma ampla inclusão social, especificamente no que se refere à acessibilidade, à permanência e à orientação pedagógica; Promover a interação com o setor produtivo; Concluir a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG-UFPB), disseminando sua utilização em todas as instâncias institucionais; Consolidar as políticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho e aperfeiçoamento dos processos de trabalho dos servidores da UFPB; Promover a participação da comunidade na alocação dos recursos, por meio do modelo de Universidade MPMGOA, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 02-10, 2015

Participativa; Promover a reformulação do estatuto da UFPB, com vistas a abrigar a nova configuração da instituição.

A CPA possui um papel essencial no que tange a busca do desenvolvimento integral da UFPB, tendo em vista que será através de suas ações avaliativas que se terá o conhecimento dos principais fatores que impulsionam ou que impedem o desenvolvimento da instituição.

## 1.2 CULTURA DE AVALIAÇÃO: UMA CULTURA CONSTRUÍDA PASSO A PASSO

O Ministério da Educação, inicialmente denominado de Ministério da Educação e Saúde Pública, exercia diversas atividades dirigidas a inúmeros ministérios, sendo que os temas que diziam respeito à educação era de responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, e este estava diretamente ligado ao Ministério da Justiça.

A educação brasileira ganha em 1934, com a nova Constituição Federal, a concepção de ser a educação um direito de todos. Mas, somente à partir de 1953 a área da saúde se desvincula e passa a se chamar então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Por ser o sistema educacional brasileiro centralizado o modelo educacional era adotado igualmente por estados e municípios até 1960. Contudo, no ano de 1961 os órgãos estaduais e municipais começam a ter mais autonomia com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Em 1985, é criado o Ministério da Cultura, e uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto em 1992. No ano de 1995 a instituição passa a se responsabilizar somente pela área da educação. Em 1996 se implanta uma nova LDB através de uma reforma realizada na educação do Brasil (BRASIL/MEC, 2009).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, foi criado com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 foi instituído o SINAES em 2004 através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 e, posteriormente, regulamentado pela Portaria N° 2.051 de 9 de julho de 2004. No Art. 4º da Lei citada pode-se observar o objetivo geral da avaliação dos cursos de graduação e algumas especificações:

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Na busca de uniformizar os parâmetros e proporcionar uma avaliação mais homogênea e igualitária das condições do ensino da Graduação, foram elencado padrões de qualidade nacional para as avaliações externas aprovados pela Comissão Nacional de Educação Superior – CONAES e posteriormente referendadas pela Portaria Ministerial do MEC. Foi também criado o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e passa a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia do MEC, a designação e formação das comissões de avaliadores externos.

Quanto ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação este possui três Dimensões, são elas: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Essas Dimensões são compostas por indicadores de qualidade que recebem conceitos de um a cinco (1 a 5).

As dimensões a serem avaliadas, através do instrumento de avaliação, possui uma série de requisitos legais que, mesmo não sendo conceituada, trazem o norte para a Secretaria de Regulação da Educação Superior – SERES/MEC quando se faz necessária a emissão de documentos regulatórios.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no presente artigo foi do tipo metaanálise. Foram utilizados como base os relatórios de avaliação institucional e os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFPB.

Os dados do presente artigo abrangem dos anos de 2006 a 2013, pois inicia-se no ano de divulgação do primeiro Relatório de Autoavaliação Institucional da UFPB, realizado nos moldes do SINAES, e termina em 2014, ano de divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional UFPB - 2013. Houve também uma análise documental através dos seguintes documentos:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2005 - 2008;
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009 - 2012;
- c) Aditivo ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009 - 2012.

d) Relatórios de Autoavaliação Institucional dos seguintes anos: 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014.

### **3 ANÁLISE DOS DADOS**

Através do Relatório de Autoavaliação Institucional 2006, é possível observar a participação da comunidade acadêmica e que o mesmo foi divulgado, em forma impressa, em seminário. Contudo, não são percebidas ações na IES em detrimento das sugestões apresentadas nesse relatório. Também ao se analisar o PDI - 2005 a 2008 observou-se que não há registros de planejamentos ou de evolução da instituição oriundos de sugestões presentes nos relatórios de autoavaliação.

Faz-se necessário esclarecer que o primeiro relatório de autoavaliação institucional publicado na UFPB foi o de 2006.

No ano de 2008 o relatório de autoavaliação institucional apresenta como objetivo a análise das ações propostas no PDI (2005-2008), mas se observa que a coleta de dados ficou restrita aos dirigentes da instituição e que também não se encontra presente análise ou síntese dos dados coletados.

No PDI - 2009 a 2012 e no aditivo realizado em 2013, embora tenham sido elaborados e divulgados relatórios de autoavaliação institucional em 2006, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013, não se identificou registros de um planejamento institucional elaborado com base nas sugestões presentes nesses relatórios. Verifica-se então que não houve nenhuma evolução institucional decorrente da correlação entre avaliação e planejamento. A avaliação parece ficar restrita e sem nenhuma eficácia prática.

Ocorre no ano de 2009 a elaboração de um relatório parcial de autoavaliação institucional, em que foram abordadas as Dimensões 1 (missão e PDI) e 8 (planejamento e avaliação). Entretanto, o seu formato não corresponde às recomendações da CONAES e mais uma vez não se observa a participação da comunidade acadêmica em nenhuma etapa da sua elaboração e/ou divulgação.

Com relação ao Relatório de Autoavaliação referente ao ano de 2010, publicado em março de 2011, foi elaborado em um curto prazo de 30 dias, e embora abrangendo as dez dimensões, apresenta um aspecto apenas burocrático, não sendo considerados os princípios do SINAES.

O Relatório de Autoavaliação, em 2011, procedeu à análise das dez dimensões propostas pelo SINAES, contudo se fundamentou exclusivamente nos aspectos elencados no PDI 2009-2012 e no Relatório de Gestão 2011 da UFPB.

Não há em 2012 relatório de autoavaliação. Já em 2013, o Relatório de Autoavaliação Institucional foi elaborado de maneira participativa, acolhendo sugestões e críticas da comunidade acadêmica presente aos Seminários de Sensibilização realizados nos quatro campi da UFPB.

Realizou-se em 2013 uma pesquisa de campo sobre as Dimensões 4 e 7, através de questionários específicos hospedados na plataforma Google que eram acessados pelo corpo acadêmico via Sistema SIGAdmin-UFPB. Esse relatório, ao contrário do que tinha sido feito até então, foi amplamente divulgado através do mencionado sistema, na página da CPAUFPB e na fanpage AVALIESUFPB.

No ano 2014, é possível observar no relatório de autoavaliação o grau de conhecimento dos docentes, servidores e alunos a respeito da Autoavaliação Institucional. Dentre os aspectos avaliados tem-se um instrumento que visa conhecer um pouco mais a respeito dos sujeitos que fazem parte da UFPB e como estes veem a instituição

Gráfico 1 - TEMPO NA UFPB



Fonte: RAI UFPB 2014

A questão do tempo se encontra intrinsecamente relacionada com as demais questões, pois pode ser uma das possíveis justificativas para o conhecimento ou o desconhecimento dos PDIs e dos Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Quanto ao Gráfico 2, abaixo demonstrado, demonstra em quantos processos avaliativos a comunidade acadêmica participou desde o ano de 2006. O que se pode observar é que o processo de autoavaliação institucional na UFPB passa a ter uma participação maior apenas a partir de 2013 e 2014.

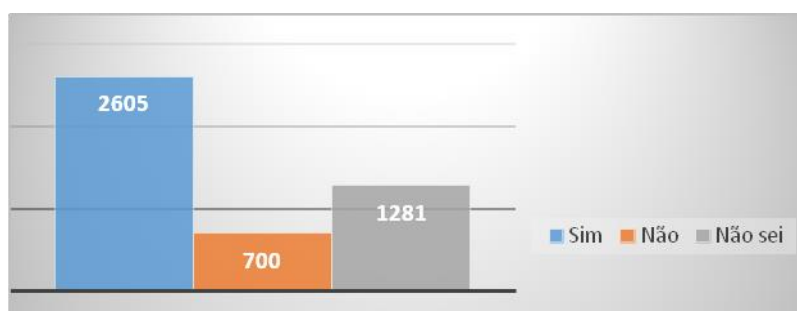
Gráfico 2 - DE QUAIS PROCESSOS AVALIATIVOS PARTICIPOU?



Fonte:RAI UFPB 2014

Como é possível observar no Gráfico 3, abaixo, a maioria dos respondentes afirma que a UFPB possui processo de autoavaliação implantado. Os que disseram não saber podem estar dentro do grupo de alunos, servidores técnico-administrativos e docentes pouco familiarizados com a terminologia ou com o processo avaliativo em si.

Gráfico 3 - A UFPB POSSUI PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL IMPLANTADO?



Fonte:RAI UFPB 2014

Observa-se no Gráfico 4, abaixo, que a grande maioria dos sujeitos jamais consultou um relatório de autoavaliação, dado que não há ainda cultura de avaliação na Instituição. Entretanto, o relatório de autoavaliação mais consultado foi o de 2013/2014.

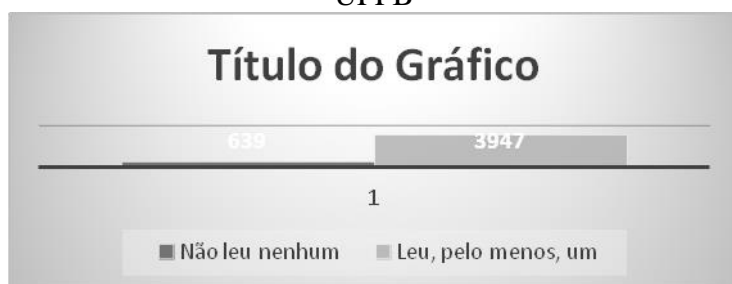
Gráfico 4 - QUAIS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA UFPB JÁ CONSULTOU?



Fonte:RAI UFPB 2014

Já o Gráfico 5 retrata uma perspectiva positiva, pois as respostas demonstram que, apesar das dificuldades que a falta de conhecimento gera, começa a haver na UFPB uma cultura de autoavaliação.

Gráfico 5 - CONHECIMENTO GERAL DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA UFPB



Fonte:RAI UFPB 2014

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Autoavaliação Institucional tem por objetivo não apenas diagnosticar os prováveis problemas e limitações da Instituição, mas também procurar formas de solucioná-los.

O processo de autoavaliação deve ser incorporada a toda IES no Brasil, e a prática de participação da comunidade interna em seus estudos e discussões são essenciais para o seu sucesso. O que se espera é que membros da comunidade externa, assim como ex-alunos e representantes de setores sociais envolvidos de forma mais direta com a instituição, também participem.

O Manual de Autoavaliação para Cursos de Graduação da UFPB propõe que os *resultados das* autoavaliações de curso possam dar suporte à elaboração das políticas, diretrizes e ações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, bem como aos cursos.

A autoavaliação institucional deve valorizar o aspecto educativo, de melhorias e de autorregulação, objetivando a compreensão das especificações de cada instituição em suas múltiplas manifestações.

O presente artigo tornou possível a observação de como vem sendo construído e concretizado a avaliação institucional na UFPB. Percebe-se que ainda há muito a ser feito no que diz respeito a implantação permanente de uma cultura de avaliação institucional. Mas, o que se verificou é que não houve, até o ano de 2013, uma preocupação e uma valorização por MPMGOA, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 02-10, 2015



parte dos gestores de se investir na Avaliação Institucional, contribuindo assim para o desconhecimento e pouca valorização por parte da comunidade acadêmica da avaliação institucional.

Entretanto de 2013 até os dias atuais a Comissão Própria de Avaliação tem se dedicado integralmente para que o conhecimento, compreensão do processo de avaliação institucional seja cada vez mais valorizada, reconhecida e realmente participativa.

### ***HIGHER EDUCATION REVIEWED THE CONSTRUCTION OF THE EVALUATION CULTURE IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA***

#### ***Abstract***

*This article aims at presenting the development of the internal institutional evaluation by the committee for assessment - CPA at the Federal University of Paraíba - UFPB over the years, through a meta-analysis. It was observed at the Federal University of Paraíba - UFPB the need to schedule systemic actions, which excitassem the evaluation culture in all spheres that structure the academic community, since the self-assessment is an essential and permanent instrument of positive development in the institutions of Higher Education.*

**Keywords:** *Evaluacion. UFPB. Culture.*

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL/MEC. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** da concepção à regulamentação. 5. ed. Brasília, DF: INEP, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES- e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto n.5773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 2.501, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES, instituída na Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004.

RELATÓRIO de Autoavaliação Institucional (RAI) da UFPB. 2014.